

ENTRE O “MASSISMO” E O “MILITARISMO”: EMBATES TEÓRICOS DA LUTA ARMADA EM FERNANDO ANDRADE E JAMIL RODRIGUES

***BETWEEN “MASSISM” AND “MILITARISM”: THEORETICAL
DEBATES ABOUT ARMED STRUGGLE IN FERNANDO ANDRADE
AND JAMIL RODRIGUES***

***ENTRE EL “MASSISMO” Y “MILITARISMO”: DEBATES
TEÓRICOS DE LA LUCHA ARMADA EM FERNANDO ANDRADE
Y JAMIL RODRIGUES***

PEZZONIA, Rodrigo¹

Resumo: Em um momento histórico no qual uma “nova esquerda” se afastava cada vez mais da teoria para se dedicar à prática revolucionária, dois jovens intelectuais brasileiros com passagens pela organização armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) produziram documentos e debatiam a chamada Revolução Brasileira. Este artigo objetiva melhor entender os embates entre dois dos principais teóricos da guerrilha nacional após o golpe civil-militar de 1964. São eles: Ladislau Dowbor e João Quartim de Moraes, ou, como conhecidos em muitos dos seus textos à época, Jamil Rodrigues e Fernando Andrade.

Palavras-Chave: Luta armada no Brasil, Vanguarda Popular Revolucionária, Ditadura Militar, Massismo, Militarismo

Abstract: At a historical moment when a “new left” leaves the theory and begun to dedicate itself to the revolutionary practice, two young Brazilian intellectuals, former members of the Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) wrote and debated about the Brazilian Revolution. This article tries to understand the conflicts between two of the most important theorists of the Brazilian guerrilla after the *coup d'état* in 1964. They are Ladislau Dowbor and João Quartim de Moraes, or, as they were called by the codenames, Jamil Rodrigues and Fernando Andrade, respectively.

Keywords: Armed Struggle in Brazil, Vanguarda Popular Revolucionária, Military Dictatorship, “Massism”, “Militarism”.

Resumo: En un momento histórico en el cual una “nueva izquierda” se alejaba cada vez más de la teoría para dedicarse a la práctica revolucionária, dos jóvenes intelectuales brasileños con passajes por la organización armada Vanguarda Po-

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. E-mail: pezzonia@usp.br.

pular Revolucionária (VPR) produjeron documentos y debatieron la llamada “Revolución Brasileña”. Este artículo tiene como objetivo mejor comprender los enfrentamientos entre los dos principales teóricos de la guerrilla nacional tras el golpe civil-militar de 1964. Son ellos: Ladislau Dowbor y João Quartim de Moraes, o, como fueron conocidos en muchos textos de la época, Jamil Rodrigues y Fernando Andrade.

Palabras-clave: Lucha armada en Brasil; Vanguarda Popular Revolucionária; Dictadura Militar.

Embora a derrubada da ditadura vigente e a implantação do Socialismo fossem os objetivos das esquerdas revolucionárias de fins da década de 1960, as formas de chegar-se a este fim não permitia unanimidades, muito pelo contrário. As divergências entre as organizações eram facilmente notadas nos documentos produzidos pelas siglas da esquerda revolucionária, ou então nas publicações clandestinas onde se debatiam ideias e ideais. Mas, uma característica era comum à maioria delas: a prática tinha que se sobrepor à teoria. Ou seja, pela falta de reação - referindo-se ao Golpe de 1964 - não se poderia mais pecar. A ação deveria sobrepor-se ao discurso e a identidade do “Intelectual Revolucionário”, deveria não se extinguir, mas, aguardar o fim da revolução.

Mas, ressalte-se que em uma das organizações das mais “militaristas”, a *Vanguarda Popular Revolucionária*, surgiram dois dos mais importantes teóricos da tentativa de revolução armada brasileira. São eles Jamil Rodrigues e Fernando Andrade, codinomes de Ladislau Dowbor e João Quartim de Moraes.

VPR

A *Vanguarda Popular Revolucionária* ao lado da *Ação Libertadora Nacional (ALN)* foram as organizações que mais militantes congregaram em suas fileiras, principalmente após o *Ato Institucional nº5*, mas a VPR se diferenciava das demais organizações pela heterogeneidade de categorias entre seus quadros. Ou seja, na mesma organização havia estudantes, intelectuais, operários e militares², e é esta mesma heterogeneidade que será responsável pelos conflitos que levarão ao fim da 1ª VPR³, principalmente a partir dos desentendimentos entre o *Setor Logístico* (militares) e o *Setor Urbano* (estudantes/intelectuais).

² Sobre resistência dos militares na luta armada ver: MACIEL, Wilma Antunes, “*Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*”. Tese de doutorado: FFLCH-USP, 2010.

³ Entende-se a primeira VPR como a organização origina-se ainda sem nome, apenas conhecida como “O”, no início de 1968, e se desenvolve até se juntar à COLINA originando a VAR-Palmares.

Os desentendimentos ocorriam não só quanto às ideias e práticas como também em relação às diferentes categorias. Assim, os militares viam-se vitimados pelo preconceito da parcela intelectualizada que, para os sargentos, os inferiorizavam em relação às questões teóricas. Mas, por outro lado, para os sargentos, os militantes egressos do movimento estudantil e com formação intelectual enquadravam-se no grupo dos “revolucionários de pena”, ao passo que para si próprios cabia o enquadramento no grupo dos “revolucionários de gatilho”⁴.

Desta forma, o problema de afinidades entre as categorias que compunham a luta armada parece ter sido um dos motivos para os corriqueiros rachas que ocorriam nas fileiras da esquerda, principalmente em uma organização como a VPR, que possuía militantes oriundos do setor operário, intelectual e militar. Por mais que os “setores” servissem para organizar, geravam também divisão, dissidências dentro da própria organização.

Assim, a indisposição entre os setores “urbano” e “logístico” da VPR transparecia nas ideias, de um lado, voltadas às concepções políticas e, por outro, às militares. Ou seja, o primeiro (“massista”) crendo que “... *a militância deveria se preocupar àquela altura em consolidar a organização, em criar vínculos mais sólidos nas bases sociais, ao invés de partirem para um aprofundamento das ações armadas*” (CHAGAS, 2000; p. 47), enquanto que no segundo (militarista) predominava a concepção militar, onde seria necessário o aprofundamento da luta revolucionária e da propaganda armada nas cidades, no sentido de recrutar quadros e sustentar a base logística da organização para a inserção no campo. Mas em relação à atividade das massas, diferente dos primeiros, deixava claro que sua participação só seria agregada ao movimento em uma fase posterior do processo revolucionário. Mas, o que realmente fez com que a indisposição entre esses dois grupos não se sustentasse teve relação com a possível deserção do capitão Carlos Lamarca do quartel do 4º Regimento de Quitauína.

O setor urbano “... *preconizava que seria mais vantajoso se Lamarca permanecesse no interior das forças armadas, continuando com o trabalho de cooperação e politização dos militares.*” Além do que a organização não possuía “... *uma estrutura capaz de abrigar Lamarca e os demais militares que desertariam da corporação militar com ele em junho de 1969*” (Idem; 48). Já o “logístico”, e especialmente para Onofre Pinto, aquela seria uma oportunidade única para realizar a operação, já que o adiamento poderia significar o cancelamento da ação e a perda de um quadro importante para as fileiras da VPR, pois, se descoberto, sua sorte estaria lançada. Por outro lado, ao que parece os organizadores da ação não supunham a reação violenta que a repressão mostraria ao ter um dos seus - e não qualquer um - desertado das fileiras militares e se engajado no *front* dos “subversivos”.

⁴ Sobre os embates internos à VPR ver a dissertação de Fábio Chagas (2000).

Para resolver essas pendências, em dezembro de 1968, alguns militantes se reuniram na praia do Perequê Mirim - litoral norte de São Paulo - no que ficou conhecido como o “*Congresso da Praianada*”. Neste encontro, o embate ficou entre os que desejavam intensificar as ações armadas, enquanto que para outros seria necessário um recuo estratégico, “... o qual consistiria num retraimento operativo da VPR, um recolhimento e proteção dos quadros e a limitação das operações táticas na zona urbana a um mínimo indispensável de sequestro de armas e bancos.” (CHAGAS, Ibidem). Os militares viram essa posição como “recuista”, e afim com as resoluções reformistas dos Partidos Comunistas.

Como desfecho deste encontro, a posição dos “recuistas” predominou, mas o dirigente Onofre Pinto, que desde o início não parecia estar preocupado com as posições que a tal reunião refletia, golpeou a organização e deu de ombros para as proposições dos ligados ao setor urbano. Estes tentaram reverter a situação, mas, no início de 1969, João Quartim de Moraes, Renata Guerra de Andrade, Wilson Fava e Maryse Farhi foram comunicados de seu desligamento da organização, e dias mais tarde a operação Lamarca ocorreria. João Quartim, neste momento já procurado pela repressão, e além de tudo desiludido com a luta no Brasil, resolve sair do país. Mas sua posição “antimilitarista” o acompanha no exílio. Ladislau Dowbor “toma seu lugar” como o teórico da organização.

Enfim, Quartim e Dowbor, como já apontado, tinham um inimigo em comum, a ditadura, mas discordavam quanto a maneira de derrubá-la. Os embates entre estes jovens intelectuais que durou para além do período de vigência dos generais no poder, de certa forma, traduziram as discussões que ocorriam entre os indivíduos e organizações que naquele momento ao qual a proposta da luta armada ainda se encontrava visível no horizonte de parte das esquerdas.

Assim, após esta brevíssima e superficial exposição sobre a dinâmica e os embates dentro da VPR o caminho fica facilitado para entender a visão destes dois resistentes.

ANDRADE E RODRIGUES

Como já citado anteriormente, a visão de Fernando Andrade (João Carlos Kfourri Quartim de Moraes) acerca dos projetos de resistência vem de suas experiências nos movimentos armados contra a ditadura. Quartim via nas posições “militaristas” da esquerda armada em negar às massas a condição de agente revolucionário e na falta de uma centralização de um partido os principais motivos de seu isolamento e desorganização. Exilou-se em 1969 e teve forte atuação na organização de parte dos exilados brasileiros

em Paris⁵, além disso, tinha trânsito entre intelectuais e políticos europeus o que auxiliava na tentativa de denunciar as violências da ditadura brasileira. Mas, acima de tudo, foi um dos responsáveis pelo grupo DEBATE e seu principal órgão de divulgação, a revista *DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira*, lançada em 1970 em Paris deixando de ser editada em 1982, já no Brasil. Mas, para a compreensão dos argumentos de Quartim de Moraes em relação ao processo revolucionário destacaremos apenas os primeiros anos desta publicação (1970-1974), momento em que as discussões referentes à luta armada estão em evidência.

No sentido oposto ao pensamento de Andrade estava Jamil Rodrigues, a quem citava criticamente em seus textos sempre que se punha a estudar a “atualidade” da esquerda armada.

Ladislau Dowbor (Jamil Rodrigues), filho de imigrantes poloneses radicados no Brasil atuou na VPR desde 1968 - quando voltou da Suíça onde estudou economia. Em abril de 1970 foi preso e, dois meses depois, banido⁶ junto aos quarenta presos políticos trocados pelo embaixador alemão capturado por um comando da VPR e da ALN. Os textos inclusos no documento “*O Caminho da Vanguarda*”, ou “*Teses de Jamil*”, foram elaborados por Jamil Rodrigues em meados de 1969, quando tinha 28 anos de idade, e publicado pela VPR em fins de 1970 quando o autor já estava no exílio. “*A Vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase da Revolução*” é o texto central que deu origem aos demais, elaborados justamente para tentar esclarecer e aprofundar as teses nele esboçadas (RIDENTI, 1987; p.170). Neste texto, como o próprio título já aponta, e diferente do que pensava Fernando Andrade (Quartim), as massas não teriam qualquer papel no primeiro momento da revolução o que seria uma das principais discordâncias entre os intelectuais.

Diferente das concepções vistas pela DEBATE e, por sua vez, por Andrade, o documento de Jamil se rebela quanto à preponderância de posições

⁵ Além do pioneiro trabalho de Denise Rollemberg (1999), recomenda-se, entre outros, o artigo de Marcos Napolitano (2014) sobre os exilados comunistas em Paris, uma importante descrição da dinâmica dos grupos de exilados na França. Dialogando com Luis Hildebrando, Maud Chirio e Denise Rollemberg, o autor mostra, entre outras coisas, que houve entre 1000 e 2000 exilados em Paris, divididos entre *reformistas* e *revolucionários*. No texto, a DEBATE estaria entre os primeiros, já que era crítico a luta armada, porém, acreditamos, que embora o grupo paulatinamente aumentasse seu distanciamento ante a revolução armada, em seus primeiros anos ainda apoiava as organizações revolucionárias. Onde o rompimento final se dará em fins de 1973.

⁶ Jamil desembarca em Argel e, como ele relembra: “Saí como me tiraram da prisão, sem sapatos, sem documentos, com queimaduras de choque elétrico que seriam filmadas por inúmeras emissoras do planeta.” (DOWBOR, 2006. p. 16) Pouco mais de um ano depois, assim como Quartim, também não via futuro para a luta armada e propôs, no Chile, a dissolução da organização, mas foi vencido: “Ficou patente para mim a que ponto muitos votaram mais com a emoção do que com a razão, e sobretudo colocando na balança o sentimento de culpa por estarmos protegidos no exterior enquanto outros morriam no Brasil.” (Ibdem, p. 18)

teóricas em detrimento das práticas, já que, de acordo com Ridenti, para Jamil “A teoria da revolução brasileira seria fruto natural da prática revolucionária (...) a teoria tinha que ser constituída “na luta”, não em “discussões de gabinete” (Ibdem; p. 173). Outras divergências veremos no decorrer do artigo ao compararmos os documentos.

Jamil escreveu o que foi um dos únicos e mais bem estruturados documentos teóricos da luta armada. Nestes textos, além de trafegar pelos clássicos (Marx e Engels), pelos revolucionários (Debray e Guevara), e pensadores da realidade brasileira (Celso Furtado, Octavio Ianni, Caio Prado Junior), assume como base de seu pensamento as ideias de Andreas Gunder Frank, principalmente no que diz respeito à *Teoria da Dependência*⁷.

É importante ressaltar que estamos falando de dois intelectuais que já haviam tido experiências acadêmicas fora do país e que pertenceram a uma das mais importantes organizações armadas do país. Por isso, levando em consideração que em fins da década de 1960 a prática revolucionária era primordial em detrimento da teoria, e qualquer esforço teórico ficaria tachado com o termo pejorativo de *teoricismo*, é de se imaginar a dificuldade de convivência mesmo com aqueles que advogavam das mesmas ideias.

Porém, a questão do engajamento intelectual parece tomar corpo ainda no século XIX na França do caso Dreyfus. Desta época também se evidencia o acirramento dos debates sobre a importância deste intelectual nas questões políticas e sociais através dos periódicos que, além de meios de divulgação, também se tornaram “locais de debate e ação” das esquerdas por toda primeira metade do século XX (Cf. PROCHASSON, 1993). Após a II Guerra Mundial a questão do engajamento, a partir do que Sirinelli (2003) chamará de uma “dominação ideológica de esquerda”, evolui e, juntamente com as experiências cubana, vietnamita e às lutas anticoloniais dos anos 60 aguçam o espectro revolucionário também no meio intelectual.

Daniel Aarão Reis lembra que desde Marx a necessidade do trabalhador intelectual para o processo revolucionário é evidenciado. Seria através do trabalho teórico que se chegaria à determinação dos interesses históricos do proletariado. Mas, mesmo assim, o trabalhador intelectual sempre era visto com certo preconceito pelas organizações de esquerda, por trazer em si a característica de uma categoria elitista, agente que desviaria a conduta do principal personagem revolucionário, o proletariado. Mas Aarão Reis questiona: “Os próprios comunistas, aliás, sempre se autoproclamarão como vanguardas, isto é, elites políticas e teóricas dos trabalhadores em luta pela

⁷ A teoria da dependência é entendida por Jamil, como nos mostra Ridenti, como dependência dos países periféricos aos centrais, onde os primeiros não poderiam se desenvolver estando “... condenados ao subdesenvolvimento e à estagnação dentro do capitalismo, jamais poderiam passar de satélites das metrópoles centrais; a única via para superar o atraso estaria na constituição de um Estado Socialista que liberasse o desenvolvimento independente da nação.” (RIDENTI, 1993 p. 36).

revolução social”. E Pergunta: “Mas, além disso, pelas suas próprias características, as organizações comunistas não seriam também elites sociais?” (AARÃO REIS FILHO, 1990; p. 142).

E isso fica ainda mais evidente quando Sirinelli ao tratar da falta de estudos nos anos 60, e na primeira metade da década de 1970, em relação aos intelectuais, se direciona pelo viés de que esses agentes para a historiografia se tornaram um “subobjeto da história” e, dentre os motivos para que isso ocorresse, aponta que: “a historiografia recente experimentou um entusiasmo pelas “massas”, às quais os intelectuais não poderiam pretender pertencer devido a seu número reduzido, mas também por pertencerem às “elites”...” (SIRINELLI, 1988; p. 235). Todas estas preocupações aparecem nos textos de ambos os pesquisados, mas a partir de um ferrenho debate entre eles, onde se muniam dos principais autores em evidência na época para o embasamento de seus discursos.

Neste texto, então, traçaremos as principais ideias destes dois teóricos da luta armada a partir de sua produção, ou seja, Fernando Andrade com os artigos publicados na DEBATE (entre outros), e Jamil Rodrigues com o seu “O Caminho da Vanguarda”⁸, além de depoimentos cedidos a nós e outros pesquisadores.

PONTOS CRITICOS

O texto, *O Caminho da Vanguarda*, já foi amplamente discutido, de forma direta ou indireta, por diversos pesquisadores. Todas as pesquisas que tiveram como objeto a reação armada ao regime militar, de forma ou outra, passaram por este escrito que, a nosso ver, foi o mais esclarecido e elaborado trabalho teórico produzido por um militante de organização armada. Assim, não pretendemos aqui refazer os passos de autores que trabalharam exaustivamente este texto, mas simplesmente encontrar no *Caminho da Vanguarda* pontos que debatam a crítica de Fernando Andrade (João Quartim de Moraes) na revista DEBATE, o mais fervoroso debatedor das ideias “jamilistas”.

Iniciando, acreditamos que devemos aprofundar melhor o que ambos entendiam como “Marxismo”, já que, naquele momento, o verdadeiro marxismo estava na organização à qual o indivíduo pertencia, e nunca na do outro. O mesmo se vê em contexto religioso na busca da verdadeira fé, aquela que salvará a todos que defendem aqueles princípios, e só àqueles.

O contexto religioso não é utilizado aqui de maneira leviana. A todo o momento, os termos mais comumente usados em embates religiosos

⁸ Embora tratemos de dois jovens intelectuais em espaços distintos de luta, ou seja, Dowbor no país, no calor dos combates revolucionários e Quartim longe do Brasil e pensando criticamente a luta armada, acreditamos que, como anteriormente explicitado, as ideias que os levam a este debate já estão – no caso de Quartim - parcialmente formadas antes de sua saída da VPR. O distanciamento do exílio apenas contribuirá para o fortalecimento de suas teorias.

como “ortodoxia” e “dogmatismo”, são fixados como adjetivos nas discussões referentes ao processo revolucionário, e mais especificamente no uso dos conceitos e práticas marxistas. Não diferente é quando tratamos das peculiaridades entre Jamil e Fernando Andrade. Jamil escreve no primeiro capítulo de seu texto parecendo ver de maneira (e agora abusando dos termos religiosos) quase que inquisitorial os preceitos marxistas de então: *“Durante cinquenta anos, a fidelidade ao marxismo foi considerada como fidelidade textual às palavras de Marx e Lênin. Enquanto os que tentavam introduzir ideias novas eram expulsos e perseguidos, o marxismo estagnou totalmente como ciência, no dogmatismo”* (RODRIGUES, 1970; p.1).

Para entendermos melhor esta passagem temos que compreender um pouco melhor o que ocorria no debate das esquerdas naquele período. Em meados da década de 50, mais especificamente 1956, o mundo comunista leva um forte abalo, a divulgação do Relatório Krushév no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em que a violência do regime de Stalin havia sido desmascarada. Este fato trouxe um mal estar mundial, principalmente para aqueles que, até então, acreditavam cegamente na imagem e política de Stalinismo. As reações dentro dos Partidos Comunistas por todo mundo foram da incredulidade e negação do dito relatório, ao desespero e abandono de suas fileiras. Este fato fez também com que as posições da Internacional Comunista, após o XX Congresso, deixassem muito a desejar a aqueles que viam a necessidade de uma via mais direta para chegada ao socialismo, já que o sentido pacífico (coexistência pacífica) e *etapista* tomara conta dos discursos dos PCs.

Jamil Rodrigues, em seu documento se mostra vorazmente suscetível à revisão científica dos escritos de Karl Marx, ele também, como vemos nos trechos extraídos, vê a necessidade de se apartar destas visões dogmáticas, partir do método inventado por Marx (Materialismo Histórico) teria o objetivo de, no maior rigor científico, analisar “as leis especiais que regem um sistema determinado, o capitalismo”, ou seja, entendia a necessidade de trazer para a realidade brasileira e sua época à análise do marxismo.

Mas aí entramos em outro grande dilema, até que ponto as teorias marxistas poderiam ser revisadas. Para Jamil, enquanto existisse a característica fundamental do capitalismo (que para ele é a propriedade privada) as leis de Marx não necessitariam ser reexaminadas. Mas o que teria que ser executado de imediato seria uma aplicação das leis de Marx inseridas n’O *Capital* à realidade histórica atual, e, a partir dos resultados, procurar uma estratégia que lhe corresponda. Assim, o que fica muito evidente em um primeiro plano nas teorias *jamilistas* é seu posicionamento quanto àqueles que o criticam, desde os embates da antiga VPR, e aqui personificaremos em Fernando Andrade, principalmente no que concerne ao hábito de – como se refere Jamil – transplantar os moldes da revolução bolchevique de 1917 para o Brasil da década de 1970.

Na introdução de *O Caminho da Vanguarda* há um resumo de como a VPR veria o Marxismo, e consequentemente, Jamil:

Somos uma organização marxista-leninista. Isto significa que procuramos utilizar essa ciência para dar respostas concretas à nossa situação específica. O marxismo é uma ciência, e, portanto universal. Sua universalidade se realiza, porém, na especificidade dos problemas que ele torna claros, no caminho que ele ajuda a indicar à vanguarda. É a nossa busca desse caminho, os erros e acertos inerentes a essa busca do marxismo (da análise concreta que recusa os dogmas, as fórmulas e as transplantações que nada têm a ver com a vida), é esse esforço que torna válida a divulgação de nossos trabalhos, que torna universal e enriquecedora a nossa prática. (Idem)

Já Quartim desprezava as posições de seu desafeto intelectual:

Jamil foi o doutrinário não apenas da euforia armada, mas da completa revisão do marxismo-leninismo em nosso movimento revolucionário. Vai nisso seu interesse (exprimiui de maneira mais consequente que outros suas ideias, deu-lhes uma forma mais acabada e buscou mesmo sair do terreno da discussão puramente tática para ir buscar na “realidade brasileira” os fundamentos de sua “nova” doutrina) e sua miséria. O marxismo é invencível porque é verdadeiro. O jamilismo é vencível porque é falso. A verdade tem suas leis e elas as implacáveis (DEBATE. Nº 9. p. 27).

Em nossa pesquisa, ficou muito claro o fato de que – principalmente nestes primeiros anos da revista – a DEBATE seguiu, de forma preponderante, as ideias de João Quartim de Moraes. Embora os nomes (ou codinomes) estampados sob o título dos textos fossem de outros autores do grupo, desde o momento em que rodam os primeiros números em mimeógrafo, são as ideias de Quartim que permeiam as discussões destes jovens, e que ali estão impressas. Sendo assim, refletiam nos demais as opiniões de Quartim em relação a Jamil. Eduardo Abramovay nos disse, em um tom bem humorado que, mesmo sem o conhecer pessoalmente, todos eram inimigos e odiavam Ladislau Dowbor. Se pode então imaginar o que as “Teses de Jamil” significavam para o grupo. No mínimo serviriam como um manual do que NÃO seria a revolução.

Assim, vamos começar com o que as paginas da DEBATE traziam quando se falava de Jamil Rodrigues:

Já no primeiro número da DEBATE, em fevereiro de 1970, um texto assinado por Marta Alves (codinome de Marise Farhi) coloca que o autor “J” (Jamil) estaria procedendo de maneira “abstrata e a-histórica” em seu trabalho. Marta Alves pontua que o contato com as massas deveria ser feito por enquadramento do partido, e não de forma anônima como na vanguar-

da – esta exaustivamente defendida por Dowbor. As massas deveriam lutar por si, e não se submeter a uma vanguarda que lute por ela. Defende em seu texto uma linha política como propaganda do partido, em detrimento da “propaganda revolucionária”, esta que se limitaria às ações, e esclarece que o Partido seria a instituição permanente, enquanto a vanguarda seria um órgão volúvel. Assim, embora a vanguarda nasça de uma situação histórica, sua sobrevivência depende de sua habilidade tática. E finalizando, Marta ataca dizendo que a organização armada se preocupa com o apoio local ante ao nacional, o que não estaria correto, dada a necessidade de apoio das massas na condução revolucionária (DEBATE, nº1).

Temos então, resumidamente, alguns pontos principais das discordâncias teóricas entre Jamil e Fernando Andrade. Agora destacaremos melhor nas palavras dos dois intelectuais, suas posições e divergências a respeito do assunto.

Vemos que existem duas grandes questões que estão em jogo neste embate entre estes militantes intelectuais. O primeiro tem um caráter, diríamos, pessoal que permeia estas desavenças políticas. Existe um intenso combate entre egos, o que é muito comum nas relações intelectuais. Notamos esta evidência principalmente nos depoimentos e escritos de Quartim, onde, em vários momentos é quase palpável o rancor por ter sido desligado da organização e substituído como intelectual por Dowbor. Quando perguntado sobre esta substituição, diz: “Claro... Escriba... Ele foi escriba... Exatamente, isso é lapidar. O Jamil, no coração do Onofre, e na função, foi o escriba, o teórico... Teorizou até com certo talento, certa criatividade: a revolução cibernética⁹”. Além disso, existia pelo que parece, uma expectativa muito grande em torno destas duas figuras. Como nos relatou Eduardo Abramovay quando questionado sobre sua visão destes atritos. Ele revela: “Tinha uma coisa muito pessoal nisso aí, porque os dois eram muito inteligentes, com a vocação de serem os “Lenins” da nossa revolução, se ela acontecesse.¹⁰”.

Já Jamil, pelo que aferimos, nunca revidou as críticas feitas por Quartim. Talvez, o mais perto que tenha chegado de uma reação vem por meio de uma singela provocação. Isto ocorreu quando, como recorda o próprio Quartim, do lançamento do livro de Dowbor, *Guiné Bissau: a busca da independência econômica*. Nesta ocasião Dowbor envia um exemplar para João Quartim com os dizeres de dedicatória (como Quartim rememora em seu depoimento): “Ao Joãozinho, segue esse singelo estudo sobre economia da Guiné Bissau. Militaristicamente seu, Ladislau Dowbor¹¹”.

⁹ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho em 18-19 de junho de 1986.

¹⁰ Entrevista concedida ao autor por Eduardo Abramovay em 21 de janeiro de 2011.

¹¹ Entrevista concedida ao autor por João Quartim de Moraes em 15 de janeiro de 2010.

Outro momento em que podemos notar que ele reage às críticas (mas, não podemos afirmar que esta crítica fosse endereçada a Quartim) é no próprio *O Caminho da Vanguarda*, onde diz que a primeira fase da luta armada era antiteoria, fase esta já ultrapassada, já que aquela era a fase da “teoria a serviço da luta armada”. E continua:

A teoria da luta armada que atualmente se desenvolve surge dos grupos armados, da mão dos “militaristas” e não dos “teóricos” (...), pois os que estão totalmente engajados na luta não podem se satisfazer com “slogans” ou paráfrases do marxismo-leninismo. Cada afirmação, cada análise política, encontra sua verificação pela morte ou sobrevivência de companheiros (RODRIGUES, 1970, p. 10).

Mas vemos aí que ele próprio utiliza do termo militarista (entre aspas) para atingir aqueles que o chamavam desta forma. Se pensarmos que, em entrevista a Marcelo Ridenti, Quartim diz ter forjado esta expressão, e, além disso, ter uma sabida inclinação aos rigores teóricos, não seria um absurdo acreditar que poderia ser ele, Quartim, o alvo desta “alfinetada”.

A outra questão, daí voltando para o âmbito político ideológico, se encerra nas disparidades das posições ao se pensar em até que ponto a luta armada tomaria o lugar da luta política.

Jamil tinha clara visão que naquele momento histórico só a luta armada teria êxito na reação a ditadura, e via também a necessidade de se distanciar das elucubrações teóricas, como vemos na introdução ao *Caminho da Vanguarda*, onde se lê: “1. A esquerda armada é a única oposição real ao regime ditatorial militar a serviço do capitalismo monopolista. 2. Sua linha política se elabora na necessidade de resolver problemas práticos quotidianos no fogo de uma luta extremamente violenta que nos faz pagar muito caro – e imediatamente – pelos erros cometidos.” (RODRIGUES, 1970, p. I) Já Quartim, rebatia esta linha dizendo em texto que foi amplamente divulgado por importantes meios de comunicação de esquerda da época, como *Les Temps Modernes* e *New Left Review*, que: “Na guerra revolucionária é a política que comanda o fuzil, é a capacidade de mobilizar e orientar as massas que mostra até que ponto uma organização armada tornou-se vanguarda política do povo.” (DEBATE, nº2; p. 7)¹²

Desta forma, a constatação que Quartim quer evidenciar nos textos críticos às ideias de Jamil é que o caminho seria uma luta “híbrida”, sem se limitar às ações armadas, mantendo o contato com as massas. Sem vanguardismos, voluntarismos, o que na teoria leninista pode ser chamado de “es-

¹² Lembrando que outras versões deste mesmo texto podem ser encontradas na *New Left Review* (número 59, 1970) com o título “Regis Debray and the Brazilian Revolution”; na *Les Temps Modernes* (número 292, 1970) sob o título “La Guérille Urbaine au Brésil” e em um livro lançado pela New Left Review Books intitulado *Dictatorship and Armed Struggle in Brazil* (1971).

pontaneísmo”. Fernando Andrade (Quartim) via na criação de uma ampla frente de combate, sob a égide centralizadora de um Partido, a organização imprescindível para o sucesso da reação e tomada de poder.

Aqui entra um grande problema nas ideias de Jamil, referente à sua posição quanto ao caráter da revolução. Na entrevista que concedeu à Ridenti, falando da “dança” das variadas dissidências que pipocavam das organizações, diz ele: “... a minha concepção de oposição, sempre foi de oposição ampla, popular, no sentido mais largo, de formação de frente. Eu tenho isso até hoje como concepção básica.¹³” Só que, se nos debruçarmos sobre os textos referentes ao período em que ambos, Quartim e Jamil, militam na VPR, veremos que o fator principal da expulsão do primeiro é o fato de defender exatamente à ideia de “Frente Ampla”, enquanto os ligados a Jamil acreditavam na luta de vanguarda. Ridenti, aliás, questiona este posicionamento na entrevista. E Jamil responde:

A problemática é outra. A minha concepção era essa: ampla – até hoje se entra nessa problemática que é esse debate. Mas para mim era isso. Você tem que ver que cada pessoa que vai entrando neste movimento armado, é das mais variadas origens, que tem um denominador comum: a luta. Mas o que é que um velho que passou 20 anos de PC; e o que é que um cara que é um camponês estar bravo com um delegado ou um jagunço; o que é certa área militar que, simplesmente, se sentiu esmagada dentro das próprias transformações que o exército estava sofrendo; o que é a gente que tinha lido Régis Debray e, de repente, estava com a cabeça voando. As origens e as motivações eram extremamente profundas, profundamente diferenciadas. Foi só com o tempo – com anos de convívio – que a gente descobriu que estava tudo junto na mesma frente, mas com razões profundamente diferentes, concepções profundamente diferentes.¹⁴

Entendemos então que Jamil realmente percebia necessária a formação de uma frente ampla, mas uma frente formada tão somente pelas vanguardas armadas compostas por quadros ligados a categorias limitadas, que, para ele, teriam maior facilidade de organização nesta primeira fase da revolução. Ou seja, uma definição de “Frente Ampla” *sui generis*. Esta posição de Jamil relevaria um segundo ponto de embate entre ele e Andrade, ou seja, qual seria a participação das massas no processo revolucionário, e quem faria parte dela.

Jamil admitia que naquele momento as vanguardas não estavam obtendo o sucesso desejado, e ainda eram de porte muito pequeno, mas delegava esta dificuldade à etapa inicial, pela qual o processo revolucioná-

¹³ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 20 de fevereiro de 1986.

¹⁴ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em 20 de fevereiro de 1986.

rio passava. Para ele, a vanguarda não tinha forte representação política, mas ao mesmo tempo não aceitava a caracterização de “militarista”. “*O seu desafio (da vanguarda) é fundamentalmente político, e não militar, mas se faz pelas armas.*” (RODRIGUES, 1970, p. 37). Para Jamil, a vanguarda era o partido em forma embrionária que só poderia se desenvolver a partir da segunda fase da revolução, onde a “vanguarda armada” que se transformaria em “vanguarda política”. Na primeira fase, embora não houvesse um trabalho de massas, contraditoriamente, Jamil dizia que esta não poderia refluir. Acreditava que haveria uma intensa repressão sobre elas que, por si só, levaria a sua radicalização.

Mas então vejamos qual seria, para ele, a participação das massas na primeira fase:

Nossa forma de contato fundamental com as massas na fase atual é a agitação, visando conseguir apoio à vanguarda armada, permitindo que esta se desenvolva. A educação marxista deverá ser profunda e obrigatória dentro da vanguarda, crescendo com ela até se transformar em educação das massas como consequência do desenvolvimento da vanguarda. (RODRIGUES, 1970; p. 18.)

Desta forma, a primeira fase teria três objetivos, como nos mostra Ridenti: Repercussão política nacional junto ao povo, projetando-se como poder alternativo; desafio direto armado ao poder constituído; e repercussão local em áreas de possível desenvolvimento da luta armada, ou seja, no campo (RIDENTI, 1986). Pois, entendia que no campo seria possível ao mesmo tempo criar uma infraestrutura militar, e uma base política com menor probabilidade de repressão policial. Na segunda fase as condições já estariam mais avançadas, o projeto da guerrilha rural estaria desenvolvido, e a partir dos preceitos “foquistas”, e aí com intensa participação das massas, eclodiria a revolução. Neste ponto temos que levantar algo interessante que, tanto na visão de Dowbor, quanto de Quartim, foi um dos motivos para o pouco sucesso da VPR no processo da luta revolucionária: o fato de a organização pregar a guerrilha rural, mas predominantemente promover ações urbanas, embora tenha tido êxito relativo em um episódio no Vale da Ribeira.

Mas as divergências em relação às massas não se limitavam apenas ao movimento em que estas seriam aproveitadas na revolução, mas também, se inseria na discussão de quais as categorias que fariam parte desta massa, e quem seria o principal agente revolucionário.

Em outro texto publicado na DEBATE, este assinado por Fernando Andrade, as questões ligadas à participação das massas eram a todo tempo usadas como forma de atacar Jamil. No editorial do terceiro número, intitulado: *Unidade de Esquerda*, mas uma vez sem ser citado seu nome,

Jamil é o alvo. O texto indica como motivo das constantes quedas, estarem intimamente ligadas à recusa ao trabalho com as massas, ao trabalho ideológico e ao afastamento da teoria marxista, tomando como base a teoria da impossibilidade da ação das massas na primeira etapa da revolução, e ele diz em relação a Jamil:

Em lugar da concepção marxista da luta de classes campeiam as mais extravagantes elucubrações do tipo tecnocrático sobre a eficácia militar da “organização armada”. Um dos autores mais prolíferos desta tendência (Jamil) chega a declarar que: uma organização armada deve enfrentar os mesmos problemas que uma indústria: não se pode aumentar a produção aumentando simplesmente a mão de obra.

E continua mais adiante:

... num país capitalista onde se suprimiram as instituições clássicas da república burguesa, em especial as liberdades políticas e constitucionais do tipo democrático burguês (...) não são de molde a facilitar a ligação dos destacamentos de vanguarda (...) com as grandes massas da população. Mas em nome das dificuldades que comporta hoje o trabalho de massas, voltar as costas às massas, ainda que seja só na presente etapa, é um suicídio político... (DEBATE. n.º3; p. 3)

Assim, as massas não poderiam ficar à revelia do processo revolucionário, mas participar dele, pois “a emancipação dos explorados deve ser obra dos próprios explorados”. E claro, para a organização destes explorados seria necessário um partido revolucionário.

Mas daí entra outro grande *imbróglia* nesta disputa ideológica: como se comporiam a massa? Ou seja, quais as classes e/ou categorias que seriam eleitas para esta missão?

Para João Quartim, o proletariado seria o principal agente revolucionário. E aqui voltamos a crítica de Dowbor quanto à transposição das ideias externas para a realidade brasileira, já que, para Dowbor, no caso brasileiro, teria naquele momento um operariado débil e ainda em formação, pois disporia de realidade muito mais rural que urbana. Assim, o campesinato teria um papel principal neste processo, inclusive, sendo tratado por Jamil enquanto proletário rural.

... o proletariado não pode ser mais considerado como única classe com objetivos revolucionários. Não se pode considerar o resto da população como exército de reserva. A contradição fundamental do capitalismo, contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade dos bens de produção, ao tornar-se mais aguda, cria uma situação revolucionária.

E mais:

Nosso campesinato é realmente um proletariado e tem como inimigo o imperialismo (e taticamente, seu representante, o patrão latifundiário). E, no ser mobilizado para a revolução, lutará contra esse patrão, estabelecendo relações de produção socialistas e não burguesas. (RODRIGUES, 1970, p. 6)

Isto leva Quartim às mais duras críticas contra Jamil, que estaria reinventando o marxismo, pois estaria mudando o próprio conceito de proletariado, já que não seria mais o mesmo proletariado descrito por Marx e Lênin.

Jamil acreditava que existiam, além da classe proletária, outras categorias que deveriam participar do processo revolucionário, que seriam caracterizadas como “massas economicamente marginalizadas”, que se refere à

... imensa faixa da população em desemprego, em subemprego, em pequenas e micro propriedades agrícolas improdutivas, ou emprego de biscate, enfim, toda a população que o capitalismo monopolista exclui do processo econômico, e que somente poderá encontrar o seu lugar neste processo suprimindo o sistema. (RODRIGUES, 1970; p. 22)

Abrimos aqui um parêntese no que confere ao final da citação de Jamil, onde se refere a não colaboração da população em relação ao regime. Este foi um equívoco das esquerdas, se pensarmos que mesmo não apoiando a ditadura, apoiavam menos ainda a resistência. O governo vigente, através de sua “modernização conservadora”, principalmente com o advento do “milagre brasileiro”, conseguiu se sustentar em meio à população. E claro, soma-se a isso o pífio interesse das “massas” para a política, mesmo em âmbito mais geral.

Com o tempo as críticas de Andrade à Jamil só ficam mais ácidas, e agora mais diretas. Em trecho de seus estudos (reproduzido na DEBATE pelo próprio Fernando Andrade), Jamil fala que só existiam dois modos de produção: Imperialista e o Estado socialista, este que deveria ser

... apoiado no povo em armas e na participação popular constante durante a construção do socialismo. Uma burguesia nacional lançando-se contra o imperialismo, porque nacional, e sem participação popular, porque burguesa, é hoje um sonho alegre de alguns generais e membros do PCB. No Plano Teórico é, pois absurdo falar em burguesia nacional...

Quartim retruca:

Realmente Jamil é entendido em matéria de absurdos. Deixemos de lado os mais gritantes, como o “modo de produção imperialista”, “o Estado socialista” como modo de produção, etc, etc. Deixemos também de lado o fato curioso de que o “radicalismo” jamilista se apoiou nas análises econômicas de autores como Celso Furtado e Barros de Castro. Isto é, que o fundamento teórico de Jamil provenha em linha reta do reformismo tecnocrático. Pergunte-nos apenas se no Peru, na Bolívia, no Chile – ou então na Argélia, no Egito, etc, etc, o modo de produção dominante é imperialista. Parece que não. No “modelo” jamilista tais países só podem ter como meio de produção, o “Estado Socialista”. (DEBATE. Nº5; p. 5-6.)

Aqui fica muito clara uma crítica a Jamil, e que, aliás, muito se parece com as que ele faz aos “massistas”, ou seja, o de transposição de ideias externas ao âmbito nacional. A diferença é que para Jamil, o que não poderia acontecer era a transposição às ideias soviéticas ao caso brasileiro, e, para Quartim, era Jamil quem transpunha as ideias de outros pontos da América Latina para o caso nacional, o que até certo ponto procede. Pois é de se entender esta posição de Jamil, já que sempre foi muito influenciado pelas ideias de Gunder Frank, e sua teoria da dependência. Quartim, em entrevista que nos concedeu, diz que: “É. Ele tinha uma visão daquilo que a gente chamava de terceiro mundista, ele não era comunista. Mas eram diferenças... Veja, não era sequer marxista a fundo, estudou, naquele momento ele tinha muito a questão do terceiro mundismo¹⁵”.

Esta ligação com as ideias “terceiro mundistas”, à qual Quartim se refere, evidencia-se em vários trabalhos de Dowbor, mas um em especial traz no seu próprio título sua crença na teoria do subdesenvolvimento “*A Formação do 3º Mundo*” lançado logo na sua volta para o Brasil em 1981. Neste trabalho ele deixa muito claro que não basta apenas que os economistas de esquerda elaborem suas teorias sem levar em conta a especificidade e problemática do terceiro mundo. Faz-se necessária uma teoria voltada para ele, para que assim não surjam propostas absurdas em todos os níveis de análise.

Então, nos resta entender quais eram os alvos da revolução Jamilista, que, como todos os demais pontos, contradiziam as ideias de Quartim, começando pelo âmbito nacional. Jamil acreditava ser um absurdo dividirmos os inimigos da nação entre interno e externo, já que o inimigo interno nada mais seria do que um braço do externo. Diferente de Quartim, que entendia que a burguesia nacional deveria ser a primeira a ser combatida enquanto classe. Jamil se recusava a separar a realidade nacional e a imperialista, já que para ele, ambas são regidas pelas mesmas leis e se integram em um processo histórico global.

¹⁵ Entrevista concedida ao autor por João Quartim em 15 de janeiro de 2010.

Para Jamil, a burguesia nacional tem relação antagônica com o imperialismo, já que este, tendo como objetivo levar adiante o desenvolvimento das forças produtivas é paralisada pelo imperialismo, e por consequência as forças produtivas. Assim, uma classe mais atrasada, como a burguesia, não seria capaz de revolucionar um modo de produção mais avançado como o imperialista. Ou seja, pelo que entendemos o modo de produção imperialista já estaria demasiadamente avançada para a intervenção da etapa burguesa. O capitalismo já está desenvolvido.

Para Jamil, valorizar a burguesia nacional como um dos agentes revolucionários seria nadar contra a maré da história. É salvar algo que já se foi, e que já se desenvolveu em relação às etapas da revolução. Derrotar o imperialismo seria o último passo para se chegar ao socialismo, por isso, naquele momento histórico, o que deveria ser feito era a revolução socialista, e não salvar os “representantes locais do imperialismo”. Assim, uma vez que Jamil não entendia a burguesia como classe, mas um “regime”, o inimigo de classe seria o imperialismo e a revolução socialista teria ao mesmo tempo o caráter de Libertação Nacional, ou seja, completamente o oposto das posições assumidas por Quartim, que não admitia a ideia de Libertação Nacional, dado o fato de que não entendia o Brasil como país colonizado (ou neocolonizado).

Assim como a burguesia, para Jamil o proletariado estaria conivente com as etapas revolucionárias e as ações da burguesia, já que seria ela quem o desenvolveria (forças produtivas) como classe revolucionária. “Concebendo o imperialismo como único modo de produção capitalista adotado no nível moderno de desenvolvimento das forças produtivas, fica evidente que a alternativa não é a burguesia nacional – imperialismo, e sim “imperialismo dirigido internamente” ou “imperialismo dirigido do exterior”. É o “imperialismo dirigido internamente” não poderia evidentemente dar maior desenvolvimento ao proletariado que o “imperialismo dirigido de fora”, a não ser que abandonasse a tecnologia moderna e montasse fábricas do século passado. (RODRIGUES, 1970; p. 5)

Marcelo Ridenti nos ajuda a entender as ideias de Jamil para este caso. Ridenti, que concorda com Jamil no que concerne à não existência de uma burguesia com interesses totalmente independentes do imperialismo numa época de extraordinária internacionalização, mas discorda de sua ideia de não existência de uma burguesia brasileira como classe. Para Jamil não existiriam classes dominantes no Brasil, mas apenas agentes do imperialismo.

Não vemos a posição de Jamil em negar a burguesia nacional com excepcionalidade. Ainda hoje esta discussão está em pauta em agremiações partidárias de esquerda, e são raras as vezes em que se chega em um ponto de entendimento.

A partir de 1973, e neste momento já distante do apoio crítico à luta armada, em tom de desilusão Fernando Andrade fala de Jamil e do poder que a luta armada teve de fracionar ao invés de unir:

Jamil, que nos seus bons tempos quase chegou a ser o teórico da classe média radical, reduziu-se, com o descenso dos métodos que preconizava, a um teórico radical de classe média. O que não o impediu de ser a expressão mais acabada, por que consequente consigo mesma – desta síntese de pragmatismo pequeno burguês e de elitismo tecnocrático que constituiu – e constitui – o polo ideológico dominante na resistência armada à ditadura, sobretudo a partir de 1969. (DEBATE. Nº 9; p. 21).

Para ambos este fracionamento e o fim dos movimentos armados muito teriam a ver também com a morte de Carlos Marighella, aquele que, de acordo com ambos teria sido influente nacional e internacionalmente. Ou seja, um dos motivos da derrota das esquerdas foi a não absorção do impacto da queda e morte de Marighella, procurando outras táticas de luta.

Mas Quartim entende o quanto Jamil influenciou: “Porque mesmo sendo falsas [suas teses] exprimem certa verdade, a verdade de um momento da evolução ideológica de nossa esquerda. Verdade que foi bíblia de muita gente.” (DEBATE. Nº 9; p. 27-28.)

Até mesmo aqueles jovens que viam de forma crítica o documento de Jamil, acabariam por se aliar a ele na luta revolucionária da VPR, como relata em suas memórias Alfredo Sirkis:

Por maiores que fossem minhas dúvidas a respeito das posições expressas naquele documento “A vanguarda Armada e as Massas na Primeira Fase” era mais forte o impulso de entrar na organização que o [Carlos] Minc caíra tentando construir, a organização onde estava o “pessoal da pesada”, o único que tinha armas e o preparo para deflagrar a guerrilha rural e a propaganda armada nas cidades. O futuro exército guerrilheiro do legendário capitão Lamarca, melhor atirador do IIº Exército, perito em antiguerrilha que passara com (muitas) armas e (pouca) bagagens para o lado da revolução. (SIRKIS, 1998; p. 171-172)

Assim, vemos que o documento de Jamil teria como aliado para sua difusão, todo um aparato de *background* que daria credibilidade para a teoria. Ou seja, a VPR, Lamarca, armas, dinheiro dariam credibilidade prática à organização, enquanto *O Caminho da Vanguarda* daria o embasamento teórico.

Hoje em dia Quartim diz ter mudado sua posição sobre um assunto que foi alvo dos embates mais violentos entre os dois, exatamente, o caráter anti-imperialista de luta. Quartim vê então, passadas mais de quatro décadas do início de seus embates, que Jamil estava certo no que se referia à luta ser anti-imperialista, vemos isso quando ele fala do aspecto democrático defendido pela DEBATE no pós 1974:

Então, esses anos, a partir de 74 há uma concentração na for-

mulação do programa marxista e aí a democracia é uma palavra chave muito grande, isso hoje eu mudei. Não que eu seja contra a democracia, de modo algum, mas eu tenho uma visão mais crítica quanto ao modo que ela é empregada, da inevitável confusão ideológica entre democracia histórico-revolucionária... E, o fato que *democracy*, hoje para os povos da periferia colonial do capitalismo, quando o gringo fala *democracy*, já vá abaixando que vem míssil. Então, eu acho que o centro da luta política hoje é o anti imperialismo. Isso eu mudei, colocava em um plano secundário. É é normal, porque no Brasil, de fato, a conquista das liberdades políticas ou liberdades democráticas era central. Mas também porque eu discuti demais, como nós todos, este tema...¹⁶

Assim, um termo “proibido” nos anos 70 para Quartim (colonialismo), hoje é defendido por ele, e o aspecto “democrático”¹⁷ das lutas que deram base a DEBATE em certo período, é deixado em segundo plano (sem esquecer-se deste aspecto).

Os problemas de Quartim com Dowbor se perpetuam por mais de uma década após o período estudado, quando Quartim de Moraes argumenta sarcasticamente que Jamil “... teorizou até com certo talento a revolução cibernética¹⁸”. E chega a se referir em um artigo de 1989, utilizando a expressão dita por outro militante da VPR (José Carlos Barreto¹⁹), que, “... a luta armada (a partir das ideias de Jamil) ter-se-ia reduzido a atos de “porra-louquismo esporádico” (MORAES, 1989; p. 143).

Na entrevista que fizemos com Quartim recentemente, perguntamos sobre as investidas críticas contra Jamil, lembrando-o inclusive destas últimas relatadas acima, e ele nos respondeu:

É, mas daí já não estava disputando nada. Eu estava disputando a memória, é isso que você está fazendo, é a batalha da memória, aí continua disputando sempre. Mas agora eu disputo menos. Já não repetiria essas coisas. Com menos ênfase, e procuro também não fazer muita brincadeira. Na brincadeira, na gozação, você ainda está polemizando, né? Eu não estou polemizando... Não no nosso campo, é um cara que lutou, com métodos equivocados, mas lutou com coragem, um homem inteligente que viveu intensamente sua época, sua vida, tá entendido? De modo que envelhecendo eu

¹⁶ Entrevista concedida por João Quartim de Moraes em 15 de janeiro de 2010.

¹⁷ Quartim, em um artigo recente, faz um balanço histórico dos últimos 25 anos de democracia brasileira. MORAES, João Quartim. *Patologias Congênitas das Instituições de 1988*. IN: Ideias: Nova Série – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 1. Volume 1. 2010 WWW.ifch.unicamp.br/ojs/index/article/view/6

¹⁸ Entrevista concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho em 18-19 de junho de 1986.

¹⁹ Zequinha Barreto foi um influente operário nas greves de Osasco em 1968, e morreu junto ao capitão Carlos Lamarca em emboscada na Bahia em 1971.

tenho uma visão muito mais amena da relação com ele, embora, repito, eu briguei, bati boca com muita gente. Mas nunca com ele, não tenho lembrança de ter discutido, não tenho²⁰.

Nota-se neste artigo, a importância que, tanto um quanto outro, teve para a elaboração das concepções teóricas desenvolvidas pela luta armada naquele período. Alguns podem dizer que seus esforços foram em vão, que não tiveram valor prático para a resistência ao regime militar. Mas não entendemos desta forma. A produção destes intelectuais, há quase cinco décadas, é de suma importância para todos os períodos políticos pelos quais passaram. João Quartim hoje tem uma carreira acadêmica consolidada e é professor titular aposentado da Universidade Estadual de Campinas, a qual ainda tem vínculo como professor colaborador voluntário. Ladislau Dowbor, mantém sua carreira acadêmica – hoje como professor titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nas áreas de economia e administração –, além de prestar consultoria para vários institutos dedicando-se ao ensino e organização de sistemas de planejamento.

Ambos permanecem atuando publicamente em prol de suas ideias e ideais.

FONTES

AEL – Arquivo Edgar Leurenroth

Coleção: *DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira* (1970-1982).

Coleção: *Brasil Nunca Mais*

Manuscritos

RODRIGUES, Jamil. *Os Caminhos da Vanguarda*. 1970.

Entrevistas

Eduardo Abramovay: concedida a Rodrigo Pezzonia em 21 de janeiro de 2011.

João Quartim de Moraes: concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis em 18-19 de junho de 1986.

_____: concedida a Rodrigo Pezzonia em 15 de janeiro de 2010.

Ladislau Dowbor: concedida a Marcelo Ridenti em 20 de fevereiro de 1986.

²⁰ Entrevista concedida ao autor por João Quartim de Moraes em 15 de janeiro de 2010.

BIBLIOGRAFIA

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A Revolução Faltou ao Encontro: Os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1990.

CHAGAS, Fábio André Gonçalves das. *A Vanguarda Popular Revolucionária: Dilemas e perspectivas da luta armada no Brasil (1968-1971)*. Franca-SP: Dissertação de mestrado - UNESP, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *A Formação do 3º Mundo*. Coleção: Tudo é História 35. São Paulo: Brasiliense, 1981

_____. *O Mosaico Partido: A economia além das equações*. <http://dowbor.org/tag/o-mosaico-partido/>

MORAES, João Quartim de . *Régis Debray and the Brazilian Revolution*. New Left Review, Londres, v. n 59, p. 61-82, 1970.

_____. *Dictatorship and Armed Struggle in Brazil*. New Left Books, Londres/Nova Iorque, 1971

_____. *A Imobilização Democrática e o Desencadeamento da Luta Armada no Brasil em 1968: Notas historiográficas e observações críticas*. Tempo Social; Revista Sociolol. USP, São Paulo, 1(2): 135-158, 2. sem. 1989.

_____. *Patologias Congênitas das Instituições de 1988*. IN: Ideias: Nova Série – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 1. Volume 1. 2010 WWW.ifch.unicamp.br/ojs/index/article/view/6

NAPOLITANO, Marcos. *No Exílio, Contra o Isolamento: Intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970*. IN: Estudos Avançados. Vol. 28; nº80. São Paulo, 2014.

PROCHASSON, Christophe. *Les Intellectuels, le socialisme et la guerre : 1900-1938*, Seuil, coll. L'Univers historique, Paris, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *A Vanguarda Armada e as Massas na Revolução que não Ocorreu*. IN: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

_____. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre Raízes e Radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. *Debate no Exílio: Em Busca da Renovação*. IN: Ridenti, Marcelo; Reis, Daniel A (ORG.). *História do Marxismo no Brasil. Volume VI: Partidos e Movimentos após os Anos 1960*. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *Le Bresil des Gouvernements Militaires et L'Exil. Violence Politique , exil et accueil des Brésiliens em France: témoignages et documents*. Paris: L'Harmattan, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. *Os Intelectuais*. In: Rene Remmond (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

_____. *A Sociedade Intelectual Francesa no Limiar de um Novo Século*. In: Rugai; Ridenti; Rolland (Org.). *Intelectuais: Sociedade e Política*. São Paulo: Ed. Cortêz, 2003.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias da guerrilha que perdida*. São Paulo: Editora Record, 1998.